

EDITAL VERTICALIZADO



PGM Cuiabá

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ/MT

- Editais Verticalizados, Legislação Local, Provas Objetivas, Subjetivas e Orais (0800)
- Ebook de Teses Vinculantes do STF e STJ (RG, RR e IAC)
- Ebook Trabalhista (Súmulas e OJs TST + Juris STF e STJ)
- Link: www.eduardoaragao.com
- Instagram: @eduardo._.aragao

22.04.2024

Edital Oficial Completo: [Ed 1 PGM CUIABA MT 24 abt \(cebraspe.org.br\)](#)

Sumário

DIREITO CONSTITUCIONAL.....	3
DIREITO ADMINISTRATIVO.....	5
DIREITO TRIBUTÁRIO	6
DIREITO FINANCEIRO	6
DIREITO CIVIL	7
DIREITO PROCESSUAL CIVIL.....	8
DIREITO DO TRABALHO	9
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO.....	10
LEGISLAÇÃO MUNICIPAL.....	10
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	11
DIREITO AMBIENTAL/URBANÍSTICO/FUNDIÁRIO	11

DIREITO CONSTITUCIONAL

DIREITO CONSTITUCIONAL			
Conteúdo Programático		v	v
01	1 História Constitucional do Brasil.		
02	2 Constitucionalismo: conceito e espécies.		
03	3 Neoconstitucionalismo e pós-positivismo.		
04	4 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 4.1 Conceito, classificação e interpretação das normas constitucionais.		
05	5 Poder constituinte. 5.1 Características. 5.2 Poder constituinte originário. 5.3 Poder constituinte derivado.		
06	6 Princípios fundamentais.		
07	7 Aplicabilidade das normas constitucionais. 7.1 Normas de eficácia plena, contida e limitada. 7.2 Normas programáticas.		
08	8 Direitos e garantias fundamentais. 8.1 Direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos.		
09	9 Organização político-administrativa do Estado. 9.1 Estado federal brasileiro, União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios. 9.2 O município na Federação. 9.3 Autonomia municipal. 9.4 Repartição das competências constitucionais. 9.5 Competências municipais e interesse local.		
10	10 Administração pública. 10.1 Disposições gerais, servidores públicos.		
11	11 Poder Executivo. 11.1 Atribuições e responsabilidades do presidente da República.		
12	12 Poder Legislativo. 12.1 Estrutura. 12.2 Funcionamento e atribuições. 12.3 Processo legislativo. 12.4 Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. 12.5 Comissões parlamentares de inquérito.		
13	13 Poder Judiciário.		
14	14 Funções essenciais à justiça. 14.1 Ministério público 14.2 Advocacia pública. 14.3 Defensoria pública.		
15	15 Supremacia constitucional e controle de constitucionalidade das normas. 15.1 Sistemas gerais e sistema brasileiro. 15.2 Controle incidental e concreto. 15.3 Controle abstrato de constitucionalidade. 15.4 Exame in abstractu de constitucionalidade. 15.5 Ação declaratória de constitucionalidade. 15.5.1 Inconstitucionalidade: normas constitucionais inconstitucionais. 15.6 Ação direta de inconstitucionalidade. 15.7 Arguição de descumprimento de preceito fundamental. 15.8 Ação direta de inconstitucionalidade por omissão. 15.9 Ação direta de inconstitucionalidade interventiva. 15.10 Controle concreto e abstrato de constitucionalidade do direito municipal.		
16	16 Defesa do Estado e das instituições democráticas. 16.1 Intervenção federal. 16.2 Intervenção estadual nos municípios.		
17	17 Súmula vinculante (Lei nº 11.417/2006).		
18	18 Sistema Tributário Nacional. 18.1 Princípios gerais. 18.2 Limitações do poder de tributar. 18.3 Impostos da União, dos estados e dos municípios. 18.4 Repartição das receitas tributárias.		
19	19 Finanças públicas. 19.1 Normas gerais. 19.2 Orçamentos.		
20	20 Ordem econômica e financeira. 20.1 Princípios gerais da atividade econômica. 20.2 Política urbana, agrícola e fundiária e reforma agrária.		
21	21 Sistema Financeiro Nacional.		
22	22 Finanças municipais. 22.1 Tributos e outras receitas municipais. 22.2 Orçamento municipal.		
23	23 Ordem social.		

24	Procuradoria Geral do Município de Cuiabá: representação judicial e extrajudicial do município; consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo; organização e funcionamento.		
25	Regime constitucional da propriedade. 25.1 Função social da propriedade.		
26	O Direito à saúde na ordem constitucional e legal. 26.1 Direito à saúde como direito humano. 26.2 Sistema Único de Saúde. 26.3 Atribuições da União, dos estados e dos municípios.		

DIREITO ADMINISTRATIVO

DIREITO ADMINISTRATIVO			
Conteúdo Programático		v	v
01	1 Estado, governo e administração pública. 1.1 Conceitos. 1.2 Elementos.		
02	2 Direito administrativo. 2.1 Conceito. 2.2 Objeto. 2.3 Fontes.		
03	3 Ato administrativo. 3.1 Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies. 3.2 Extinção do ato administrativo: cassação, anulação, revogação e convalidação. 3.3 Decadência administrativa.		
04	4 Agentes públicos. 4.1 Disposições constitucionais aplicáveis. 4.2 Disposições doutrinárias. 4.2.1 Conceito. 4.2.2 Espécies. 4.2.3 Cargo, emprego e função pública. 4.2.4 Provimento. 4.2.5 Vacância. 4.2.6 Efetividade, estabilidade e vitaliciedade. 4.2.7 Remuneração. 4.2.8 Direitos e deveres. 4.2.9 Responsabilidade. 4.2.10 Processo administrativo disciplinar.		
05	5 Poderes da administração pública. 5.1 Hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. 5.2 Uso e abuso do poder.		
06	6 Regime jurídicoadministrativo. 6.1 Conceito. 6.2 Princípios expressos e implícitos da administração pública.		
07	7 Responsabilidade civil do Estado. 7.1 Evolução histórica. 7.2 Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro. 7.2.1 Responsabilidade por ato comissivo do Estado. 7.2.2 Responsabilidade por omissão do Estado. 7.3 Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. 7.4 Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. 7.5 Reparação do dano. 7.6 Direito de regresso.		
08	8 Serviços públicos. 8.1 Conceito. 8.2 Elementos constitutivos. 8.3 Formas de prestação e meios de execução. 8.4 Delegação: concessão, permissão e autorização. 8.5 Classificação. 8.6 Princípios.		
09	9 Organização administrativa. 9.1 Centralização, descentralização, concentração e desconcentração. 9.2 Administração direta e indireta. 9.3 Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. 9.4 Entidades paraestatais e terceiro setor: serviços sociais autônomos, entidades de apoio, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público.		
10	10 Controle da administração pública. 10.1 Controle exercido pela administração pública. 10.2 Controle judicial. 10.3 Controle legislativo. 10.4 Improbidade administrativa: Lei nº 8.429/1992 e suas alterações.		
11	11 Processo administrativo. 11.1 Lei nº 9.784/1999 e suas alterações.		
12	12 Licitações e contratos administrativos. 12.1 Legislação pertinente. 12.1.1 Lei nº 14.133/2021. 12.1.2 Decreto nº 11.462/2023 e suas alterações (sistema de registro de preços). 12.1.3 Lei nº 12.462/2011 e suas alterações (regime diferenciado de contratações públicas). 12.2 Fundamentos constitucionais.		
13	13 Parcerias na administração pública. Lei Federal nº 13.019/2014.		
14	14 Lei nº 13.709/2018 (Lei geral de proteção de dados pessoais).		
15	15 A LINDB e o direito administrativo. 15.1 Interpretação das normas de gestão pública na LINDB. 15.2 Consequencialismo. 15.3 Responsabilidade de agentes públicos na LINDB.		
16	16 Bens públicos. 16.1 Regime jurídico. 16.2 Aquisição e alienação dos bens públicos. 16.3 Formas de utilização dos bens públicos pelos particulares.		

DIREITO TRIBUTÁRIO

DIREITO TRIBUTÁRIO			
Conteúdo Programático		v	v
01	1 Sistema Tributário Nacional. Princípios gerais. Limitações do poder de tributar.		
02	2 Direito tributário. Conceito e princípios.		
03	3 Tributos: conceito e espécies. Impostos. Taxas. Contribuição de melhoria. Imunidades. Impostos da União. Impostos dos estados e do Distrito Federal. Impostos dos municípios.		
04	4 Repartição das receitas tributárias.		
05	5 Código Tributário Nacional. Competência tributária e suas limitações. Normas gerais de direito tributário. Norma tributária: espécies; vigência e aplicação; interpretação e integração; natureza.		
06	6 Obrigação tributária: conceito; espécies; fato gerador (hipótese de incidência); sujeitos ativo e passivo; solidariedade; capacidade tributária; domicílio tributário.		
07	7 Responsabilidade tributária. Responsabilidade dos sucessores. Solidariedade e sucessão. Responsabilidade pessoal e de terceiros. Responsabilidade por infrações. Responsabilidade supletiva.		
08	8 Crédito tributário: conceito; natureza; lançamento e suas modalidades; revisão, suspensão, extinção e exclusão; prescrição e decadência; repetição do indébito.		
09	9 Garantias e privilégios do crédito tributário.		
10	10 Administração tributária. Fiscalização. Sigilo fiscal. Dívida ativa. Certidões negativas.		
11	11 Lei Complementar nº 118/2005.		
12	12 Lei complementar nº 43/1997 e suas alterações (dispõe sobre o sistema tributário do município de Cuiabá).		

DIREITO FINANCEIRO

DIREITO FINANCEIRO			
Conteúdo Programático		v	v
01	1 Direito financeiro. 1.1 Conceito e objeto. 1.2 Direito financeiro na Constituição Federal de 1988.		
02	2 Orçamento público. 2.1 Conceito, espécies e natureza jurídica. 2.2 Princípios orçamentários. 2.3 Leis orçamentárias. 2.3.1 Espécies e tramitação legislativa. 2.4 Lei nº 4.320/1964 e suas alterações. 2.5 Fiscalização financeira e orçamentária.		
03	3 Despesa pública. 3.1 Conceito e classificação de despesa pública. 3.2 Disciplina constitucional dos precatórios.		
04	4 Receita pública. 4.1 Conceito, ingresso e receitas. 4.2 Classificação das receitas públicas.		
05	5 Lei complementar nº 101/2000 (lei de responsabilidade fiscal). 5.1 Planejamento. 5.2 Transferências voluntárias. 5.3 Destinação de recursos públicos para o setor privado. 5.4 Dívida e endividamento. 5.5 Gestão patrimonial. 5.6 Transparência, controle e fiscalização. 5.7 Disposições preliminares, finais e transitórias.		
06	6 Crédito público. 6.1 Conceito e classificação de crédito público. 6.2 Natureza jurídica. 6.3 Controle, fiscalização e prestação de contas. 6.4 Empréstimos públicos. 6.4.1 Classificação, fases, condições, garantias, amortização e conversão.		
07	7 Dívida pública.		
08	8 Jurisprudência dos tribunais superiores.		

DIREITO CIVIL

DIREITO CIVIL			
Conteúdo Programático		v	v
01	1 Lei de introdução às normas do direito brasileiro. 1.1 Vigência, aplicação, obrigatoriedade, interpretação e integração das leis. 1.2 Conflito das leis no tempo. 1.3 Eficácia das leis no espaço.		
02	2 Pessoas naturais. 2.1 Conceito. 2.2 Início da pessoa natural. 2.3 Personalidade. 2.4 Capacidade. 2.5 Direitos da personalidade. 2.6 Nome civil. 2.7 Estado civil. 2.8 Domicílio. 2.9 Ausência.		
03	3 Pessoas jurídicas. 3.1 Disposições gerais. 3.2 Conceitos e elementos caracterizadores. 3.3 Constituição. 3.4 Extinção. 3.5 Capacidade e direitos da personalidade. 3.6 Domicílio. 3.7 Sociedades de fato. 3.8 Associações. 3.9 Sociedades. 3.10 Fundações. 3.11 Grupos despersonalizados. 3.12 Desconsideração da personalidade jurídica. 3.13 Responsabilidade da pessoa jurídica e dos sócios.		
04	4 Bens. 4.1 Diferentes classes. 4.2 Bens corpóreos e incorpóreos. 4.3 Bens no comércio e fora do comércio.		
05	5 Fato jurídico.		
06	6 Negócio jurídico. 6.1 Disposições gerais. 6.2 Classificação e interpretação. 6.3 Elementos. 6.4 Representação. 6.5 Condição, termo e encargo. 6.6 Defeitos do negócio jurídico. 6.7 Existência, eficácia, validade, invalidade e nulidade do negócio jurídico. 6.8 Simulação.		
07	7 Atos jurídicos lícitos e ilícitos.		
08	8 Prescrição e decadência.		
09	9 Prova do fato jurídico.		
10	10 Obrigações. 10.1 Características. 10.2 Elementos 10.3 Princípios. 10.4 Boa-fé. 10.5 Obrigação complexa (a obrigação como um processo). 10.6 Obrigações de dar. 10.7 Obrigações de fazer e de não fazer. 10.8 Obrigações alternativas e facultativas. 10.9 Obrigações divisíveis e indivisíveis. 10.10 Obrigações solidárias. 10.11 Obrigações civis e naturais, de meio, de resultado e de garantia. 10.12 Obrigações de execução instantânea, diferida e continuada. 10.13 Obrigações puras e simples, condicionais, a termo e modais. 10.14 Obrigações líquidas e ilíquidas. 10.15 Obrigações principais e acessórias. 10.16 Transmissão das obrigações. 10.17 Adimplemento e extinção das obrigações. 10.18 Inadimplemento das obrigações.		
11	11 Contratos. 11.1 Princípios. 11.2 Classificação. 11.3 Contratos em geral. 11.4 Disposições gerais. 11.5 Interpretação. 11.6 Extinção. 11.7 Espécies de contratos regulados no Código Civil.		
12	12 Atos unilaterais.		
13	13 Títulos de crédito. 13.1 Disposições gerais. 13.2 Títulos ao portador, à ordem e nominativos.		
14	14 Responsabilidade civil.		
15	15 Preferências e privilégios creditórios.		
16	16 Direito de empresa. 16.1 Empresário. 16.2 Empresa individual. 16.3 Sociedade. 16.4 Estabelecimento. 16.5 Institutos complementares.		
17	17 Posse.		
18	18 Direitos reais. 18.1 Disposições gerais. 18.2 Propriedade. 18.3 Superfície. 18.4 Servidões. 18.5 Usufruto. 18.6 Uso. 18.7 Habitação. 18.8 Direito do promitente comprador.		
19	19 Direitos reais de garantia. 19.1 Características. 19.2 Princípios. 19.3 Penhor, hipoteca e anticrese.		
20	20 Lei nº 6.766/1979 e alterações (parcelamento do solo urbano).		

21	21 Lei nº 6.015/1973 e alterações (Registros Públicos). 21.1 Noções gerais, registros, presunção de fé pública, prioridade, especialidade, legalidade, continuidade, transcrição, inscrição e averbação. 21.2 Procedimento de dúvida.		
22	22 Lei nº 8.245/1991 e alterações (locação de imóveis urbanos). 22.1 Disposições gerais, locação em geral, sublocações, aluguel, deveres do locador e do locatário, direito de preferência, benfeitorias, garantias locatícias, penalidades civis, nulidades, locação residencial, locação para temporada, locação não residencial.		

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

DIREITO PROCESSUAL CIVIL				
Conteúdo Programático			v	v
01	Lei nº 13.105/2015 e suas alterações (Código de Processo Civil). Normas processuais civis.			
02	Função jurisdicional.			
03	Ação. Conceito, natureza, elementos e características. Condições da ação. Classificação. Pressupostos processuais.			
04	Preclusão.			
05	Sujeitos do processo. Capacidade processual e postulatória. Deveres das partes e procuradores. Procuradores. Sucessão das partes e dos procuradores.			
06	Litisconsórcio.			
07	Intervenção de terceiros.			
08	Poderes, deveres e responsabilidade do juiz. Ministério público. Advocacia pública. Defensoria pública.			
09	Atos processuais. Forma dos atos. Tempo e lugar. Prazos. Comunicação dos atos processuais. Nulidades. Distribuição e registro. Valor da causa.			
10	Tutela provisória. Tutela de urgência. Disposições gerais.			
11	Formação, suspensão e extinção do processo.			
12	Processo de conhecimento e do cumprimento de sentença. Procedimento comum. Disposições gerais. Petição inicial. Improcedência liminar do pedido.			
13	Audiência de conciliação ou de mediação. Contestação, reconvenção e revelia. Audiência de instrução e julgamento.			
14	Providências preliminares e do saneamento. Julgamento conforme o estado do processo.			
15	Provas.			
16	Sentença e coisa julgada.			
17	Cumprimento da sentença. Disposições gerais. Cumprimento. Liquidação.			
18	Procedimentos especiais. Procedimentos de jurisdição voluntária.			
19	Processos de execução.			
20	Processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões judiciais.			
21	Livro Complementar. Disposições finais e transitórias.			
22	Mandado de segurança.			
23	Ação popular.			
24	Ação civil pública.			
25	Ação de improbidade administrativa.			
26	Reclamação constitucional.			
27	Lei nº 8.245/1991 e suas alterações (locação de imóveis urbanos). Procedimentos.			

DIREITO DO TRABALHO

DIREITO DO TRABALHO			
Conteúdo Programático		v	v
01	1 Princípios e fontes do direito do trabalho.		
02	2 Direitos constitucionais dos trabalhadores (Art. 7º da Constituição Federal de 1988).		
03	3 Relação de trabalho e relação de emprego. 3.1 Requisitos e distinção. 3.2 Relações de trabalho lato sensu (trabalho autônomo, eventual, temporário e avulso). 3.3 Terceirização. Responsabilidade do tomador do serviço por danos materiais e morais.		
04	4 Sujeitos do contrato de trabalho stricto sensu. 4.1 Empregado e empregador (conceito e caracterização). 4.2 Poderes do empregador no contrato de trabalho.		
05	5 Grupo econômico. 5.1 Sucessão de empregadores. 5.2 Responsabilidade solidária.		
06	6 Contrato individual de trabalho. 6.1 Conceito, classificação e características.		
07	7 Alteração do contrato de trabalho. 7.1 Alteração unilateral e bilateral. 7.2 O jus variandi.		
08	8 Suspensão e interrupção do contrato de trabalho. 8.1 Caracterização e distinção.		
09	9 Rescisão do contrato de trabalho. 9.1 Justa causa. 9.2 Rescisão indireta. 9.3 Dispensa arbitrária. 9.4 Culpa recíproca. 9.5 Indenização.		
10	10 Aviso prévio.		
11	11 Estabilidade e garantias provisórias de emprego. 11.1 Formas de estabilidade. 11.2 Despedida e reintegração de empregado estável.		
12	12 Duração do trabalho. 12.1 Jornada de trabalho. 12.2 Períodos de descanso. 12.3 Intervalo para repouso e alimentação. 12.4 Descanso semanal remunerado. 12.5 Trabalho noturno e trabalho extraordinário. 12.6 Sistema de compensação de horas.		
13	13 Salário-mínimo. 13.1 Irredutibilidade e garantia.		
14	14 Férias. 14.1 Direito a férias e sua duração. 14.2 Concessão e época das férias. 14.3 Remuneração e abono de férias.		
15	15 Salário e remuneração. 15.1 Conceito e distinções. 15.2 Composição do salário. 15.3 Modalidades de salário. 15.4 Formas e meios de pagamento do salário. 15.5 13º salário.		
16	16 Equiparação salarial. 16.1 Princípio da igualdade de salário. 16.2 Desvio de função.		
17	17 FGTS.		
18	18 Prescrição e decadência.		
19	19 Segurança e medicina no trabalho. 19.1 CIPA. 19.2 Atividades insalubres ou perigosas.		
20	20 Proteção ao trabalho do menor.		
21	21 Proteção ao trabalho da mulher. 21.1 Estabilidade da gestante. 21.2 Licença maternidade.		
22	22 Direito coletivo do trabalho. 22.1 Convenções e acordos coletivos de trabalho.		
23	23 Direito de greve e serviços essenciais. O servidor público e a sindicalização.		
24	24 Comissões de conciliação prévia.		
25	25 Combate à exploração do trabalho na infância e juventude. Combate ao trabalho em condições análogas às de escravo.		
26	26 Teletrabalho.		

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO			
	Conteúdo Programático	v	v
01	1 Procedimentos nos dissídios individuais. 1.1 Reclamação. 1.2 Jus postulandi. 1.3 Revelia. 1.4 Exceções. 1.5 Contestação. 1.6 Reconvenção. 1.7 Partes e procuradores. 1.8 Audiência. 1.9 Conciliação. 1.10 Instrução e julgamento. 1.11 Justiça gratuita.		
02	2 Provas no processo do trabalho. 2.1 Interrogatórios. 2.2 Confissão e consequências. 2.3 Documentos. 2.4 Oportunidade de juntada. 2.5 Prova técnica. 2.6 Sistemática da realização das perícias. 2.7 Testemunhas.		
03	3 Recursos no processo do trabalho. 3.1 Disposições gerais. 3.1.1 Efeitos suspensivo e devolutivo. 3.1.2 Recursos no processo de cognição. 3.1.3 Recursos no processo de execução.		
04	4 Processos de execução. 4.1 Liquidação. 4.2 Modalidades da execução. 4.3 Embargos do executado — impugnação do exequente.		
05	5 Prescrição e decadência no processo do trabalho.		
06	6 Competência da justiça do trabalho.		
07	7 Rito sumaríssimo no dissídio individual.		
08	8 Comissão prévia de conciliação nos dissídios individuais.		
09	9 Ação rescisória no processo do trabalho.		
10	10 Mandado de segurança. 10.1 Cabimento no processo do trabalho.		
11	11 Dissídios coletivos.		
12	12 Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho e dos tribunais regionais do trabalho. 12.1 Súmulas e orientações jurisprudenciais.		

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL			
	Conteúdo Programático	v	v
01	1 Lei Orgânica do Município de Cuiabá.		
02	2 Lei Complementar Municipal nº 208/2010 (Lei Orgânica da PGM).		
03	3 Lei Complementar Municipal nº 93/2003 (Estatuto do Servidor Público Municipal).		
04	4 Lei Ordinária Municipal nº 4.424/2003 (contratação temporária no município).		
05	5 Lei Complementar Municipal nº 43/1997 (Código Tributário Municipal).		
06	6 Lei Complementar Municipal nº 389/2015 (ordenação do uso e ocupação do solo no município de Cuiabá).		
07	7 Lei Complementar Municipal nº 150/2007 (Plano Diretor).		
08	8 Lei Complementar Municipal nº 4/1992.		
09	9 Decreto municipal nº 9.650/2023 (Regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021).		

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

DIREITO PREVIDENCIÁRIO			
Conteúdo Programático		v	v
01	1 Seguridade social. 1.1 Conceito, origem e evolução legislativa no Brasil, organização e princípios.		
02	2 Custeio da seguridade social. 2.1 Receitas, contribuições sociais, salário de contribuição.		
03	3 Contagem recíproca de tempo de contribuição e compensação financeira.		
04	4 Previdência complementar. 4.1 Lei complementar nº 500/2021 (institui o regime de previdência complementar no âmbito do município de Cuiabá).		
05	5 Reformas constitucionais da previdência.		
06	6 Aposentadoria dos servidores públicos. 6.1 Lei complementar nº 399/2015 (reestrutura o regime próprio de previdência social do município de Cuiabá e dá outras providências).		

DIREITO AMBIENTAL/URBANÍSTICO/FUNDIÁRIO

DIREITO AMBIENTAL/URBANÍSTICO/FUNDIÁRIO			
Conteúdo Programático		v	v
01	1 Direito ambiental constitucional. 1.1 Meio ambiente como direito fundamental. 1.2 Princípios estruturantes do estado de direito ambiental. 1.3 Competências ambientais legislativa e material.		
02	2 Política Nacional de Meio Ambiente. 2.1 Objetivos. 2.2 Instrumentos de proteção (técnicos e econômicos). 2.3 SISNAMA: estrutura e funcionamento. 2.4 Lei nº 6.938/1981 e suas alterações. 2.5 Decreto nº 99.274/1990 e suas alterações. 2.6 Resolução do CONAMA nº 1/1986 e suas alterações (Relatório de Impacto Ambiental – EIA-RIMA). 2.7 Resolução do CONAMA nº 237/1997 (Licenciamento Ambiental).		
03	3 Recursos hídricos. 3.1 Lei nº 9.433/1997 e suas alterações (instrumentos de gestão de recursos hídricos).		
04	4 Recursos florestais. 4.1 Lei nº 12.651/2012 e suas alterações. 4.2 Resoluções do CONAMA nº 302/2002 e nº 303/2002. 4.3 Lei nº 11.284/2006 e suas alterações (Gestão de florestas públicas). 4.3.1 Significado de gestão e de concessão florestal.		
05	5 Espaços territoriais especialmente protegidos. 5.1 Áreas de preservação permanente e reserva legal. 5.2 Lei nº 9.985/2000 e suas alterações (SNUC).		
06	6 Responsabilidades. 6.1 Efeito, impacto e dano ambiental. 6.2 Poluição. 6.3 Responsabilidade administrativa, civil e penal. 6.4 Tutela processual.		
07	7 Política urbana. Plano diretor. Função social da propriedade urbana. 7.1 Regiões metropolitanas e aglomerados urbanos.		
08	8 Direito urbanístico. 8.1 Direito à cidade. 8.2 Conceito e princípios. 8.3 Ordenação. 8.4 Uso e ocupação solo urbano. 8.5 Licenças urbanísticas. 8.6 Responsabilidade administrativa. 8.7 Infrações e sanções administrativas. 8.8 Responsabilidade civil e penal.		
09	9 Parcelamento do solo urbano. 9.1 Lei nº 6.766/1979 e suas alterações. 9.2 Regularização fundiária urbanística. 9.3 Área de preservação permanente (APP) urbana.		
10	10 Estatuto da Cidade. 10.1 Norma geral. 10.2 Objetivos. 10.3 Diretrizes. 10.4 Instrumentos. 10.5 Gestão democrática das cidades. 10.6 Normas gerais para a elaboração do Plano Diretor. 10.7 Disposições gerais.		
11	11 Concessão urbanística. 11.1 Conceito. 11.2 Natureza jurídica. 11.3 Disciplina.		

12	12 Desapropriação. 12.1 Conceito. 12.2 Aplicações. 12.3 Justa indenização. 12.4 Recuperação das mais-valias urbanísticas. 12.5 Processo. 12.5.1 Procedimento judicial. 12.5.2 Procedimento administrativo.		
13	13 Proteção do patrimônio cultural. 13.1 Instrumentos de tutela de bens culturais materiais e imateriais. 13.2 Competências. 13.3 Tombamento. 13.4 Registro. 13.5 Desenvolvimento urbano e proteção do patrimônio cultural.		